



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CNPJ: 04.217.362/0001-90

De: Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste
Para: Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste
Ref.: Solicitação de Parecer

P.M.S.A.L
FLS Nº 131
RUB 1000

Tema: Dispensa de Licitação Nº 040/2020 – Processo Administrativo de Licitação Nº 082/2020
Objeto: Contratação de empresa, para fornecimento de refeições do tipo *Self Service* e *Marmitex*, visando atender as necessidades das Secretarias de Santo Antônio do Leste.

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico, solicitada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, solicitação esta realizada pelo Pregoeiro Sr. Eriks Matos da Silva, nomeado pela Portaria nº 126/2020 – publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 3.417, do ano XV, do dia 12 de fevereiro de 2020.

O Parecer Jurídico consiste em procedimento de orientação formal e legal dos atos a serem praticados pela Administração Pública, quando solicitado por quem de Direito, não sendo impositivo, nem vinculativo, não obstante ser imperativo que todo ato administrativo deve observar os princípios basilares da Administração Pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, além das normas específicas de cada caso concreto.

Ancorado no fato de que em tese o **PARECER JURIDICO** nasce da observação do cumprimento dos princípios e normas do Direito Administrativo Público e, em cada caso concreto, da prática de todos os atos sucessivos desde a manifestação formal da necessidade do serviço ou produto pelo agente público competente para tal até homologação de todo o processo administrativo, é imperioso que tal **PARECER** seja emitido após a prática de todos os demais atos administrativos devidamente assinados, por quem de Direito, pois que estar-se-á exatamente a se observar quanto à formalidade e legalidade de todos os atos praticados.

O Processo Administrativo nº 082/2020 – Dispensa de Licitação nº 040/2020 teve início com a solicitação da Gerência de Cidades, através de seu titular, o Sr. Ronaldo Martins

[Handwritten signature]



de Amorim, nomeado através da Portaria nº 537/2017, datada de 14 de novembro de 2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na Edição nº 2.859, Ano XII, datado de 22 de novembro de 2017. Seguiu-se a partir daí todas as medidas legais e administrativas aptas à formalização pelos agentes competentes, quais sejam: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças, Coordenadoria de Compras, Coordenadoria de Contabilidade e Comissão de Licitação. Todos manifestaram-se formalmente nos termos requeridos e segundo suas competências, conforme consta nos autos deste Processo Administrativo, sendo que cabe a esta Assessoria Jurídica dispor acerca da legalidade do referido ato, o faz nos termos deste **PARECER**.

É o relatório. Passo a opinar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Analisando detidamente o procedimento licitatório *in comento*, verifica-se que fora observado todas as regras, e procedimentos próprios da Administração Pública, bem como os seus princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

No caso *in tela*, **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 040/2020**, verifica-se que formal e legalmente todos os atos praticados no Processo de Licitação foram com total observância aos princípios gerais da Administração Pública e aos preceitos normativos específicos do procedimento praticado, desde o primeiro procedimento até a atual fase processual, especificamente o previsto no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e normas posteriores atualizadoras e regulamentadoras.

Na Administração Pública, temos que a regra geral é a prevista no Artigo 3º da Lei 8.666/93 que assim preceitua:

Art. 3º -A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Por conseguinte, não obstante tratar-se de dispensa de licitação embasado nos termos legais supracitados, nada obsta e se recomenda que seja formalizada e conste deste Processo Administrativo, a observância dos princípios da administração pública, da economicidade e



eficiência, demonstrando que em qualquer modalidade de licitação sempre deve ser observado e se observa a melhor proposta e aquisição para o município.

Quanto ao presente processo de licitação, temos que a Dispensa de Licitação segue princípios e regras gerais da Constituição Federal e Lei 8.666/93, artigo 24, II e demais supracitadas.

Vale ressaltar que em 06 de maio de 2.020, fora editada a Medida Provisória nº 961, a qual adequou os limites de dispensa de licitação, elevando o valor para realizar a Dispensa de Licitação em até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Considerando que o objeto deste é formalizar e legalizar o procedimento para finalidade supracitada e conseqüente contratação e procedimentos para pagamento do objeto da dispensa, em análise formal e legal ratificamos todos os atos já praticados e opinamos pelo prosseguimento normal deste até a homologação.

OBSERVAÇÕES:

1 - OBS.: Não obstante quando da análise da documentação para formação deste Processo de Licitação, verificar-se a regularidade das proponentes e Certidões da empresa a ser contratada, tais Certidões não induzem necessariamente à regularidade para processo de pagamento, por conseguinte se faz necessário a observância da citada regularidade também nesta oportunidade.

2 -OBS.: Todos os pedidos que demandem licitação na modalidade dispensa nos termos do artigo 24, II da Lei 8.666/93, devem ser previamente analisados pela equipe de licitação ou quem de direito quanto à existência de alguma licitação em vigência com o mesmo objeto e, caso exista, deve ser excluído do pedido de licitação a ser processado pela equipe de licitação. Recomendamos ainda que no Processo de Dispensa de Licitação deverá constar para conhecimento dos proponentes que se e quando o objeto da Dispensa for objeto de outra modalidade de licitação posterior à Licença e o objeto desta ainda não estiver concluído, fica o saldo do objeto automaticamente absorvido pela Licitação posterior a partir de sua publicação, nos casos em que se verificar condição mais benéfica ao erário.

III - CONCLUSÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CNPJ: 04.217.362/0001-90

P.M.S.A.L

ELS Nº

RUB

134

Lauo

Pelo exposto, temos e havemos que o Processo Administrativo nº 082/2020 –
Dispensa de Licitação nº 040/2020/PMSAL, em análise formal e legal dos procedimentos
adotados, está apto para seguir-se os demais atos, até homologação e, após homologação,
contratação e demais atos administrativos.

É O PARECER!

Santo de Antônio do Leste/MT, 26 de agosto de 2.020

João
João Pedro Ramos de Oliveira
Procurador Jurídico
OAB/MT - 26851/O